Práticas pedagógicas no ensino regular e atendimento educacional especializado: inclusão do aluno com deficiência intelectual

Pedagogical practices in regular education and specialized educational attendance: inclusion of the student with intellectual disability

Wiltiane Mª Barbosa Pereira[1]
Geovana Mendonça Lunardi Mendes[2]

Resumo:
Este trabalho discute as práticas pedagógicas do professor de atendimento educacional especializado no que se refere à inclusão do aluno com deficiência intelectual, a partir do artigo que analisa a dissertação de mestrado intitulado "A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL" (OLIVEIRA NETA, 2013), da Universidade Federal do Ceará. Para dialogar com essas questões realizamos uma revisão bibliográfica fazendo comparativo entre as seguintes obras estudadas: a) Atendimento Educacional Especializado para Estudante com Deficiência Intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar (MENDES, 2016); b) Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: entre o proposto e o vivido (PEREIRA; PIRES, 2017); c) Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: trajetórias observadas (PIRES; LUNARDI-MENDES, 2016) e d) Currículo e Inclusão: uma análise das práticas pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência intelectual (PLETSCH, 2013). Destacamos ainda a comparação com outras obras de mesmo tema que estão dentro da revisão bibliográfica e as conclusões de nossa análise.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Professor de atendimento educacional Especializado. Deficiência Intelectual.

Introdução

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina/BR, pereirawiltiane@gmail.com, Observatório de Práticas Escolares-OPE/FAED/UDESC.
[2] Professora Doutora e Pesquisadora da Universidade do Estado de Santa Catarina/BR, geolunardi@gmail.com, Observatório de Práticas Escolares-OPE/FAED/UDESC.

Este trabalho apresenta reflexões sobre as práticas pedagógicas utilizadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o aluno diagnosticado com deficiência intelectual (DI). A escolha do tema para o desenvolvimento deste trabalho deu-se pelo interesse em saber como acontecem essas práticas pedagógicas com este aluno com diagnóstico, procurando aprofundar os conhecimentos através de revisão bibliográfica fazendo comparativo entre as obras estudadas.

Dessa forma, apresentamos as obras estudadas de forma resumida, a fim de evidenciar as discussões acerca das práticas pedagógicas do professor do AEE, no que se refere a inclusão do aluno com DI. Argumentamos sobre a necessidade de que as leis sejam asseguradas para o público alvo da Educação Especial, assim sendo, o AEE como uma oferta de serviço pode proporcionar ao aluno com deficiência sua inclusão nas salas comuns de ensino, bem como, o professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) realizar atividades complementares e não substitutivas ou em caráter de reforço dos conteúdos trabalhados em sala de aula comuns.

O artigo analisa a dissertação de mestrado intitulado "A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL", de Adelaide de Sousa Oliveira Neta (2013), da Universidade Federal do Ceará (UFC), que estuda inicialmente, as questões discutidas, seus pontos de vista e compreensões sobre a pesquisa realizada. Além disso, trazemos outras produções que nos ajudam a entender melhor sobre as práticas pedagógicas do professor do AEE e suas relações com a inclusão do aluno com DI nos processos escolares.

Na sequência fazemos alguns comparativos com outras obras, que abordam o mesmo tema, conforme revisão bibliográfica: a) Atendimento Educacional Especializado para Estudante com Deficiência Intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar (MENDES, 2016); b) Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: entre o proposto e o vivido (PEREIRA; PIRES, 2017); c) Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: trajetórias observadas (PIRES; LUNARDI-MENDES, 2016) e, d) Currículo e Inclusão: uma análise das práticas pedagógicas

direcionadas a alunos com deficiência intelectual (PLETSCH, 2013). Por fim, apresentamos as conclusões de nossa análise, fazendo conexão com outras áreas apresentando sua pertinência a ser futuramente estudada.

1 Contexto da dissertação de mestrado "A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL"

A dissertação de mestrado de Adelaide de Sousa Oliveira Neta (2013), desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UFC foi nossa opção de leitura e aprofundamento, considerando o interesse referente ao tema que traz a discussão sobre as práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. Esta pesquisa teve o objetivo geral de "[...] analisar a prática pedagógica do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto ao aluno com deficiência intelectual na Sala de Recurso Multifuncional (SRM)" (OLIVEIRA NETA, 2013, p. 7).

Verificamos que a autora utilizou como referenciais teóricos Piaget e Vygotsky, pelas contribuições destes autores para a educação especial. Seus estudos possibilitaram que as pessoas com DI tivessem as mesmas oportunidades de aprendizagem, assim, ambos colocam o meio social como fator que interfere na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas, dessa forma, pessoas com DI devem ter condições concreta oportunizadas pelo meio social para se desenvolver.

Oliveira Neta (2013) cita em seu texto as leis sobre o serviço do AEE como importante fator, pois é a base para o desenvolvimento das atividades e objetivos nas SRMs, assim é um norte para a área da Educação Especial.

A autora traz em seu texto o Decreto nº 6.571/2008 (BRASIL, 2008), em que prevê que o AEE deve ter caráter complementar e suplementar, não substituindo o ensino regular. Salientamos que esse decreto foi revogado pelo Decreto 7611/2011 (BRASIL, 2011).

De acordo com a autora, pelo Decreto 6571 (BRASIL, 2008), as atividades desenvolvidas com os alunos com deficiência intelectual nas SRMs são organizadas como suporte em situações problema desenvolvendo as capacidades cognitivas do aluno, e não de forma que seja um reforço aos conteúdos curriculares.

O percurso metodológico da pesquisa analisada é de cunho qualitativa, com pesquisa de campo, com a utilização dos procedimentos de coleta de dados por meio de observações das práticas das professoras de AEE, junto aos alunos com DI e de entrevistas semiestruturadas. Participaram dessa pesquisa três professoras, de instituições que tinham as SRMs, com atendimento de alunos com diagnóstico de DI.

Alguns pontos foram observados como organização do tempo, espaço e objetivos das atividades, materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades, autonomia e acessibilidade para a realização das atividades, elaboração e utilização de instrumentais específicos, coerência das ações, recursos pedagógicos e atividades propostas, orientações e parceria com os sujeitos envolvidos na aprendizagem do aluno, intervenção pedagógica (atitudes de encorajamento e autonomia), intervenção pedagógica (desafios cognitivos e metacognitivos/ a promoção de estratégias de aprendizagem).

Os resultados da pesquisa apontam, a partir da análise desses dados, em contraponto com as orientações pedagógicas que norteiam a organização do trabalho das professoras para o atendimento junto ao aluno com DI, que nem sempre, as atividades correspondiam às características do trabalho que deveria ser realizado no AEE, e, que muitas vezes, há a incompreensão do trabalho realizado, entendido ainda, como espaço de repetição e reforço dos conteúdos curriculares. Dessa forma, a autora destaca a importância da ampliação e do aprofundamento do estudo tema deste trabalho, procurando dessa forma elucidar realmente o trabalho que deve ser desenvolvido no AEE junto aos alunos com DI.

1.1 A prática pedagógica no AEE para aluno com deficiência intelectual: indicativos teóricos

Para auxiliar em nossa análise sobre a dissertação intitulada "PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO REGULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL" recorremos a alguns autores que nos subsidiam, ao tratar sobre o tema práticas pedagógicas no AEE para alunos com DI, conforme relaciona o Quadro 1:

Quadro 1: Contributos da revisão bibliográfica

Título	Autores	Ano de Publicação
Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: trajetórias observadas	Yasmin Ramos Pires e Geovana Mendonça Lunardi Mendes	2016
Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: entre o proposto e o vivido	Cléia Demétrio Pereira e Yasmin Ramos Pires	2017
Atendimento Educacional Especializado para Estudante com Deficiência Intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar	Enicéia Gonçalves Mendes	2016
Currículo e Inclusão: uma análise das práticas pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência intelectual	Márcia Denise Pletsch	2013

Fonte: Elaborado pela autoras (2017)

Pires e Lunardi-Mendes (2016) realizaram uma pesquisa de campo, a partir do olhar para as práticas pedagógicas em que pretenderam responder aos objetivos de observar quais as práticas recorrentes no AEE, identificando qual o currículo presente através destas práticas e o diálogo entre eles, e identificar quais conhecimentos estão sendo oferecidos aos alunos alvos desta pesquisa.

As contribuições de Pires e Lunardi-Mendes (2016) apontam questões referentes às práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE, pelo fato de não se ter um currículo voltado para este espaço. Este artigo faz referências teóricas como a de Vigotsky, que destaca a importância do meio para a aprendizagem da criança. O trabalho ressalta que os documentos são importantes ferramentas norteadoras do trabalho desenvolvido no AEE, este sendo de formação complementar e suplementar e não substitutivo. Assim, esta reflexão da prática pedagógica nos permite identificar os documentos norteadores que tratam sobre o trabalho desenvolvido com os alunos que têm DI, quais sejam: Diretrizes Operacionais do AEE para a Educação Básica (BRASIL, 2009a), Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro 2009 (BRASIL, 2009b), Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto n.º 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Mediante os dados recolhidos, Pires e Lunardi-Mendes (2016) concluem dizendo que é muito importante refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas nos AEE, o que permite refletir sobre o papel da Educação Especial e do professor que atua nas salas de recurso multifuncional. Por meio das observações, o que se percebe é que esse tempo destinado ao atendimento dos alunos é o foco da Educação Especial, compreendido como reforço dos conteúdos escolares. Nesse caso, cabe ao professor se perceber como principal mediador e orientador do currículo, oferecido aos alunos público alvo da Educação Especial. Por isso é importante refletir e ressignificar o papel do professor neste contexto e repensar sobre o atendimento oferecido aos alunos com DI no AEE.

O artigo de Pires e Pereira (2017), intitulado “Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: Entre o proposto e o vivido” nos dão subsídios para se pensar mais sobre as práticas curriculares que estão sendo desenvolvidas no AEE, junto com os alunos com DI. As autoras desenvolvem uma pesquisa bibliográfica com base nos documentos que orientam a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de evidenciar as práticas curriculares no AEE com os alunos com DI, e fazem

recortes do projeto "Escolarização de alunos com deficiência intelectual" desenvolvido por pesquisadores que utilizam diários de campo com os registros de observações das atividades realizadas junto a esses alunos no AEE.

A partir dos dados coletados, Pires e Pereira (2017) destacam a importância de uma formação profissional para os educadores que trabalham no AEE, de forma a ampliação de conhecimentos dos percursos desses estudantes alvo da Educação Especial, focando nas potencialidades desses alunos. Muitas das atividades observadas pelas autoras eram práticas que reforçam um currículo homogeneizado, de forma a igualar os estudantes com deficiência intelectual com os outros discentes, novamente voltando ao ponto de que o AEE está sendo utilizado como reforço dos conteúdos curriculares, o que vai na contramão dos documentos oficiais, o que acaba distanciando, cada vez mais, da educação complementar, que amplia as possibilidades aos alunos com deficiência intelectual.

Assim, as autoras argumentam sobre modificar as práticas curriculares desenvolvidas nas salas de recurso multifuncional, visando atender as reais necessidades dos alunos com DI, dessa forma, essa modificação se tornará possível por meio de uma formação sólida, fornecendo aos professores que criem meios de acesso aos diferentes saberes, através de nossas ferramentas.

Mendes (2016), em seu artigo "Atendimento Educacional Especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar" traz contribuições a respeito da discussão sobre a escolarização dos alunos com DI, pois apenas no início do século 20 iniciou-se a integração desses alunos nas primeiras classes especiais e apenas nos anos 90 essa integração é mudada com a implementação da educação inclusiva.

Na atualidade, a grande preocupação com a escolarização dos alunos com DI nas salas regulares de acordo com Mendes (2016) é o grande desafio, pois há uma preocupação em relação a o que e como ensinar esses alunos.

A investigação da autora deu-se a partir das pesquisas realizadas pelo Observatório Nacional de Educação Especial (ONEEsp), que se trata de um projeto em rede, a fim de estudar sobre as políticas e práticas voltadas para a questão da inclusão escolar na realidade brasileira. Para este artigo a autora analisou parte de dados sobre a organização e funcionamento das SRMs, e utilizou 65 documentos, equivalente a 69% do total coletado pelo observatório, Além da participação de 170 professores de AEE.

O resultado da pesquisa identificou oito diferentes tendências curriculares encontradas em discursos de professores do AEE, dentre eles podemos destacar: 1) Autonomia (atividades de vida diária), 2) Motivação (atividades lúdicas e de lazer), 3) Instrumentação (uso de recursos tecnológicos), 4) Currículo padrão (reforço do conteúdo acadêmico da classe comum), 5) Currículo adaptado (conteúdo acadêmico simplificado), 6) Prontidão ou preparação (ênfase em atividades psicomotoras), 7) Letramento e alfabetização (leitura e escrita) e, 8) Compensatório (treino em habilidades cognitivas superiores para o impedimento intelectual).

Diante dos dados recolhidos, Mendes (2016) conclui que o público com DI é extremamente diversificada, assim como suas diferentes potencialidades e necessidades educacionais especiais. Para esses alunos poucas adaptações devem ser feitas em relação aos processos educacionais regulares, pois requer um ensino diferenciado e programas mais individualizados. Além dos diferentes discursos dos professores do AEE em relação à questão de qual seria a mais indicada escolarização dos alunos com DI. Uma questão que a autora destaca como inovador na área da escolarização do aluno com DI são aquelas atreladas ao currículo (padrão ou adaptado) e a de instrumentação. Outro destaque que a autora traz para explicar algumas variações, é que para além das tradicionais abordagens curriculares para o ensino dos alunos com DI, parece ser o da própria (in)definição dos documentos orientadores do MEC sobre como deve ser o AEE para o aluno com DI. Assim, a autora nos faz refletir sobre as práticas e se elas indicam, de fato, o melhor caminho para a escolarização dos alunos com DI.

Pletsch (2013) em seu artigo “CURRÍCULO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIRECIONADAS A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL” teve a finalidade de evidenciar os resultados de uma pesquisa que encontrava-se em andamento, um estudo de caso de uma aluna com DI incluída no ensino técnico em uma escola da rede pública do município de Mesquita (RJ), além de observar quais as práticas pedagógicas direcionadas para esta aluna.

A metodologia que a autora utiliza é baseada no estudo de caso Ludke e André (1986) e para compreender as questões que o currículo aborda a fim de favorecer o processo de inclusão escolar (FONSECA, 2010). Além da observação participante (anotações em diário de campo); a entrevista aberta com os professores e a vídeo filmagem.

Decorrente do que Pletsch (2013) apresentou em sua pesquisa destacamos que as políticas públicas direcionadas a inclusão de alunos deficientes, não garantem o direito a uma educação de qualidade para estes sujeitos, pois é urgente focar a questão da adaptação curricular, portanto a autora ressalta que a questão da flexibilização curricular alcança diversos campos educacionais, e para que todos tenham acesso a educação conforme o que a política internacional sugere é necessário a formação e formação continuada dos professores para que a inclusão do aluno com deficiência seja eficaz.

1.2 Alguns pontos de análise: um comparativo entre as produções acadêmicas

Nesta parte trazemos alguns pontos de análise que consideramos inicialmente importante, a partir de um comparativo entre a dissertação analisada e os artigos relacionados como subsídios para nossas reflexões acerca do tema abordado. O quadro 2, sintetiza as aproximações e distanciamentos recorrentes entre as produções.

Quadro 2: Comparativo entre as produções acadêmicas

Aproximações	Distanciamento

Pesquisas Qualitativas	Não se afastam
Referencial teórico (Vigotski)	Diferentes níveis de ensino: educação básica e ensino técnico
Conceito de Inclusão	
A preocupação com a escolarização dos alunos com DI	
Utilização das Salas de Recursos Multifuncionais	
Leis sobre Educação Especial	
Práticas Pedagógicas nas sala regulares	

Fonte: Elaborada pela autoras (2017)

Quando a autora Oliveira Neta (2013) fala sobre a pertinência de se analisar as práticas pedagógicas realizadas junto aos alunos com deficiência intelectual, entendendo o AEE como espaço que contribui para a inclusão educacional dos alunos com deficiência, se entende a importância desse tema, assim Pires e Pereira (2017) evidenciam que a implementação das SRMs tem grande peso sobre a inclusão desses alunos.

As autoras utilizam como referencial teórico em seus trabalhos, Vigotski, que tem um debate sobre DI, compreendendo os fatores sociais e biológicos como fundamentos do processo escolar. Nessa linha de pensamento, as autoras baseiam suas análises e discursos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas junto aos alunos com DI no AEE.

Nesse sentido, os artigos de Pires e Pereira (2017) e Pires e Lunardi-Mendes (2016) reforçam o discurso de entender sobre o currículo que se emerge das práticas pedagógicas no AEE. Oliveira Neta (2013), por meio de sua pesquisa, acaba complementando esse discurso, sua análise a partir dos dados coletados revela que muitas das atividades desenvolvidas nas SRMs não iam de encontro com as características do trabalho que deveria ser desenvolvido no

AEE, mostrando que o currículo que é reforçado na Educação Especial, diante das observações feitas, é o currículo que já está presente nas salas comuns de ensino.

Ambos os artigos e a dissertação de Oliveira Neta (2013) apresentam as leis como base para as discussões que estão presentes nos trabalhos, as autoras usam as leis como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011 para dar respaldo às suas ideias e discursos presentes nos trabalhos. Nesse sentido, todas as autoras apresentam as mesmas ideias sobre o trabalho desenvolvido no AEE, assim como sobre a Educação Especial e o conceito de inclusão dos alunos com DI.

Em relação à inclusão dos alunos com DI "[...] alguns desses professores afirmavam que não se sentiam preparados para ensiná-los e se posicionavam contra a inclusão escolar desses alunos" (OLIVEIRA NETA, 2013, p.15). Para alguns professores a escola inclusiva é apenas dita inclusiva pelo fato de que "muitas escolas são tidas como inclusivas somente com base na inserção e na suposta "socialização" desses alunos no ensino regular, independente de seu desenvolvimento acadêmico" (PLETSCH, 2013, p. 405). Salientamos que a inclusão é a nossa capacidade de atender e reconhecer o outro, uma escola inclusiva não faz distinção de pessoas é aquela que proporciona uma educação voltada para todos.

Quando se fala na função do papel do professor no AEE no que diz respeito a sua configuração em "uma prática pedagógica voltada para as potencialidades dos alunos, mediante estratégias que possibilitem sua autonomia e sua formação como sujeito ativo dos próprios processos de aprendizagem" (OLIVEIRA NETA, 2013 p. 40). A realização da autonomia para os professores refere-se "à necessidade de um currículo funcional para ensinar habilidades práticas que possam ser aplicadas no dia a dia do aluno com DI, ao desenvolvimento de habilidades de socialização" (MENDES, 2016, p. 55). Sendo assim, as autoras apresentam os mesmo princípios em relação aos professores do AEE com a questão da autonomia para os alunos com DI.

Considerações finais

A partir das leituras e análises realizadas pelas produções acadêmicas indicadas neste artigo, algumas reflexões sobre as práticas pedagógicas na inclusão de alunos com DI nos sobressai. Entre elas, destacamos as questões sobre os currículos, a própria prática pedagógica do AEE e sala regular e as políticas educacionais que direcionam a escolarização de todos os alunos, inclusive o aluno com DI. Assim, consideramos relevante repensar sobre como as políticas educacionais direcionam a inclusão de todos os alunos e sua materialização no contexto escolar, local em que as práticas pedagógicas se efetivam, não apenas ter acesso e permanência, mas a garantia do processo de escolarização, como bem destacam as produções analisadas. Outro ponto relevante diz respeito a formação dos professores, que ao nosso ver, precisa ser mais constante e efetiva, a fim de fortalecer e garantir a aprendizagem de todos os alunos da escola regular.

O perfil do profissional que atua no AEE, dentro das salas de recurso multifuncional também deve entrar em discussão, pois a postura desse profissional diz muito sobre o trabalho desenvolvido por ele. Fortalecendo a formação desses professores e também dos que estão nas salas de aula comuns, mudar a perspectiva de que somente o professor de AEE é responsável pelos alunos com deficiência e mostrar que é possível desenvolver um trabalho de qualidade que faça a diferença na vida de todos os alunos é o primeiro ponto para redefinir esse percurso.

É importante que o espaço de AEE seja entendido como um espaço para trabalhar as habilidades e trazer novas oportunidades de aprendizado, devendo ser compreendido como modalidade de ensino complementar à educação básica, oportunizando que os alunos com deficiência, mais especificamente aos alunos com DI participe ativamente na sociedade.

A partir do comparativo realizado entre as produções acadêmicas que deram suporte para nossas análises, verificamos que há maior aproximação do que distanciamento, o diferencial se dá pelos campos de pesquisas, que situa a educação básica e o ensino técnico. Com isso, reforçamos a importância de uma inclusão que de fato aconteça nos espaços escolares, que os professores tanto de AEE, quanto de sala de aula comuns se sintam

responsáveis pelo desenvolvimento pleno dos alunos com DI, que oportunize ferramentas e novas possibilidades de aprendizado, baseado nas práticas pedagógicas das habilidades desses alunos visando sempre atender as suas dúvidas.

Discutir e aprofundar os estudos sobre a inclusão e as práticas pedagógicas junto aos alunos com DI se torna cada vez mais necessário. É direito a todos os estudantes o acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento pleno e a cidadania. Para isso, a inclusão deve se tornar suporte para todo trabalho desenvolvido, tanto nas salas de aula comuns, nas SRMs, nas escadas da escola, nos corredores, em todo e qualquer espaço, além da necessária formação continuada e adequada aos professores e demais profissionais da educação, que trabalhem de forma colaborativa e atenta às necessidades educacionais de todos os alunos, para que os objetivos sejam traçados e conquistados.

Referências

BRASIL (2008) . DECRETO nº 6.571. Brasília. Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm> Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

BRASIL (2017). DECRETO nº 7.611**.** Brasília, 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

BRASIL (2009a). Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 06/12/2017.

BRASIL (2009b). Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro 2009. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 06/12/2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MILANESI, Josiane Beltrame. (2016). Atendimento educacional especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 45-67, set./dez,2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19847238173520160 45> Acesso em 27/11/2017.

OLIVEIRA NETA, Adelaide de Sousa. (2013). **A prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual**. - Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE).

PEREIRA, Cléia Demétrio; PIRES, Yasmin Ramos. (2017). PRÁTICAS CURRICULARES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO. In: **IX Seminário Internacional AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: Educação e democracia - aprender ensinar para um mundo plural e igualitário.** Rio de Janeiro, 05 a 08 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.seminarioredes.com.br/ixredes/adm/trabalhos/diagramados/TR1165.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PIRES, Yasmin Ramos; MENDES-LUNARDI, Geovana Mendonça. (2016). Práticas Curriculares no Atendimento Educacional Especializado: trajetórias observadas**.** In: **VII Congresso Brasileiro de Educação Especial (VII CBEE) e do X Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial (X ENPEE)**. p. 1-10. São Carlos, de 01 a 04 de novembro de 2016. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee7/trabalhos/praticas-curriculares-no-atendimento-educacional-especializado-trajetorias-observadas >. Acesso em: 27 nov. 2017.